ECONOMIA CRIATIVA COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: oportunidades e desafios da Proteção Cultural na promoção do turismo sustentável

Maione Rocha de Castro Cardoso[1]
Gil Célio de Castro Cardoso[2]

1. INTRODUÇÃO

A Economia Criativa pode ser entendida como as atividades cujos processos e produtos são baseados na cultura, na habilidade e no saber cotidiano (Gouvea et al., 2020), proporcionado, assim, significativos impactos econômicos, culturais e sociais ao mobilizar identidades e dinamizar territórios, de acordo com Santos; Davel (2022). Além disto, evidencia aspectos que apontam para uma transição do modelo econômico hegemônico (e predatório) para uma proposta mais sustentável de atividade econômica, que busca reduzir os riscos ambientais dessas atividades e melhorar o bem-estar social (Pratt, 2022; Troiani et al., 2022; UNESCO, 2023).

Neste sentido, as atividades da economia criativa se destacam por abordarem princípios de sustentabilidade, como é o caso da moda, do artesanato, da gastronomia, do design, da mídia-filmes e jogos eletrônicos. Vale à pena destacar que a Economia Criativa se relaciona com outras modalidades de economia emergentes, como a Economia Solidária, a Economia do Turismo, a Economia Cultural, a Economia Circular; além de outras áreas do conhecimento, como as artes, a moda e a gastronomia, por exemplo.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar as oportunidades e desafios da proteção cultural na promoção do turismo sustentável, tendo como referência a utilização do conceito de economia criativa como uma política de desenvolvimento territorial na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Em 2019, a cidade de Fortaleza foi contemplada com o Prêmio Cidade Criativa do Design, concedido pela UNESCO, em reconhecimento aos impulsos realizados para promoção da gestão participativa, includente e sustentável da cidade, como as experiências de incentivo à reciclagem, e ao empreendedorismo Ecosolidário, a saber: as ações de apoio às Associações de Catadores, de Artesãos nos Presídios e a instituição de lojas Colaborativas nos Shoppings da cidade.

Apesar desses avanços, observa-se que muitas ações de cunho socioambiental e proteção do patrimônio cultural (material ou imaterial), estabelecidas no Plano Fortaleza 2040, por exemplo, foram paralisadas ou ainda não foram implementadas. Uma das questões mais evidentes foi a ausência de inclusão da comunidade local em projetos que fomente a economia criativa no plano de desenvolvimento sustentável do território (como por exemplo nos planos e projetos de revitalização de fachadas e de estrutura de prédios tombados – o caso do Edifício São Pedro demolido em maio de 2024 é emblemático nesse sentido; assim como o fato das comunidades Poço da Draga e Mucuripe terem poucas e descontinuadas ações de urbanização e infraestrutura – como por exemplo a

[1] Economista e Mestre em Economia do Trabalho pela Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Doutoranda em Proteção do Patrimônio Cultural pela Universidade da Coruña. E-mail: maione.rochadecastro@col.udc.es e maone.rocha@uece.br. Instituição de vínculo atual: Universidade Estadual do Ceará.

[2] Economista e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: gil.celio@ufc.br. Instituição de vínculo atual: Universidade Federal do Ceará.

manutenção dos entulhos após o abandono da obra do aquário de Fortaleza, e a falta de manutenção na comunidade Mucuripe, , o que nos motiva e justifica realizar uma reflexão sobre o alcance efetivo de tais políticas públicas e programas governamentais

2. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa qualitativa, que tem como metodologia a análise crítica do estudo sobre os temas relacionados anteriormente e sua correlação com a realidade empírica na cidade de Fortaleza. A primeira fase da pesquisa foi de cunho bibliográfico e documental onde foi feita uma revisão da literatura e um estudo bibliométrico sobre as categorias de análise: economia criativa e da cultura, patrimônio cultural, turismo, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável utilizando-se a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) de acordo com Galvão, Ricarte (2019), Okoli (2019).

É importante reforçar que essa pesquisa tem como foco o estudo sobre a preservação do patrimônio cultural e sua relação com as cidades criativas, tomando como referência a cidade de Fortaleza, suas experiências e estratégias, que contribuem para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Em resumo, a metodologia dessa pesquisa é: qualitativa quanto ao objetivo geral; a) Analítica, Descritiva e Explicativa quanto aos objetivos específicos; b) Área de pesquisa: Fortaleza, no Ceará; c) Período do levantamento de dados: a partir de 2015, quando o Brasil entrou na rede da UNESCO de Cidades Criativas; e d) utilizaremos a RSL dos últimos 5 anos sobre as categorias de análise. Para tratar os dados utilizaremos o método Análise de conteúdo de Bardin (1977) e o Modelo analítico de governança regional de turismo - MAGRET de Conceição (2020).

3. RESULTADOS

Muitos estudos e experiências demonstram e comprovam a importância da economia criativa, inclusive por meio da reciclagem, que contribui para a economia circular, assim como o artesanato, a gastronomia, o design, a arquitetura, a moda etc. (UNESCO, 2023). Na Universidade Estadual do Ceará, no âmbito das atividades desenvolvidas no grupo de estudos em gestão ambiental e sustentabilidade - GREGAS, foram realizados várias pesquisas (TCC´s e artigos) e trabalhos de iniciação científica de vários projetos aprovados e financiados pelo CNPq, FUNCAP e a própria IC/UECE, onde se tem mapeado os impactos do empreendedorismo criativo e sustentável, sobretudo a partir das experiências das feiras criativas em Fortaleza (Feirinha da Beira Mar, CEART, Mercado Central, Muvuca, Auê Feira, Feira Fuxico no Dragão, Feira Chamego, Zen Feira e Oxente Feira. Nas feiras orgânicas e do MST há vários “bancos” de bens e produtos artesanais – sabonetes, comidas, crochê, patchwork, bijoux de miçangas, comidinhas – bolo de rolo, pratinho, brigadeiro, dentre outros produtos.

Vários destes estudos retratam o impacto, limitações e desafios da promoção da gestão sustentável de cidades como Fortaleza, onde a questão do turismo e da cultura são alienados e predatórios. Dentre as atividades do Gregas, também temos realizado pesquisas e produzido relatórios com as temáticas Economia Ambiental e os Empregos Verdes, Economia Criativa e Turismo Sustentável, Proteção do Patrimônio Cultural, além de atividades de extensão em parceria com o curso de Moda da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, como a prática do Troca-Troca (exercitando o desapego, a reciclagem da moda – upcycling, e redução do impacto da atividade da moda).

Uma outra experiência a ser mencionada, existente no Ceará, é a dos Museus orgânicos, projeto desenvolvido pelo Sistema Social do Comércio – SESC, definidos como "locais de memória afetiva e cultura viva no Ceará". Segundo dados do Fecomércio (2025), hoje estão catalogados 22 museus no Ceará, abrangendo as regiões do Cariri, Sertão Central, Centro-sul, região Norte, Ibiapaba e Região Metropolitana de Fortaleza. Eles homenageiam os ciclos do couro, dos reisados, do algodão, do ferro e do açúcar, da arte feita do barro, das brincadeiras tradicionais, da natureza local e da cultura quilombola.

A coordenadora do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património (CEAACP), da Universidade de Coimbra, Professora Conceição Lopes, explica que o conceito de museu orgânico se refere a um espaço de cultura e saber que nasce de uma relação viva e contínua entre a comunidade e seu patrimônio cultural. "Diferentemente dos museus tradicionais, que são instituições físicas que deslocam os acervos dos seus contextos e os exibem no quadro de curadorias que, por vezes desconectam os objetos das suas circunstâncias, os museus orgânicos estão inseridos no cotidiano das comunidades e valorizam a memória coletiva, o saber popular e as práticas culturais locais", esclarece.

Ainda segundo o entendimento de Conceição Lopes, para um espaço ser reconhecido como um museu orgânico, é necessário apresentar algumas características essenciais, como inserção na comunidade, valorização do patrimônio, espaço dinâmico e vivo, participação ativa da população e sustentabilidade cultural e social, sendo esta essencialmente uma política de desenvolvimento territorial.

Neste sentido, os estudos realizados no Gregas indicam um crescimento importante na construção, fortalecimento e divulgação da Economia Criativa e sua estreita relação com as questões socioambientais, com o desenvolvimento do território, e muito importantes para o setor do Turismo e da Economia Circular, pois além de ser um atrativo turístico, tem sinergia com a reciclagem, com a redução de resíduos, e diminuição de emissões de CO2 e preservação dos recursos naturais.

Avanços, limites e desafios

Segundo a FIRJAN (2025), para ser usado para mensurar as atividades econômicas relacionadas a criatividade, um indicador deve compreender 4 áreas, a saber: a Cultura (Expressões Culturais, Artes Cênicas, Música, Patrimônio & Artes); a Tecnologia (TIC, Biotecnologia, Pesquisa & Desenvolvimento); o Consumo (Publicidade & Marketing, Design, Arquitetura e Moda); e, a Mídia (Editorial e Audiovisual). Assim, dados de 2023 desta pesquisa demonstrou que daquelas áreas, o segmento que mais empregou, nos últimos anos, foi a Publicidade e Marketing e a área do núcleo criativo que mais gerou empregos foi a de Consumo (FIRJAN, 2025).

Esses dados são bons indicadores, mas não refletem totalmente a realidade. A economia criativa ainda tem muito a contribuir e se desenvolver, seja na cidade de Fortaleza, seja no estado do Ceará, ou no Brasil, principalmente a partir da área da cultura. Somos diversos, múltiplos, extensos e profundos em termos de conhecimento, raízes, memórias dos antepassados, temos muito a proteger do patrimônio cultural (LEITÃO, 2016; MARÇAL, 2014).

Quando se fala de proteção do patrimônio cultural, estamos tratando "das gentes", dos modos de vida e de fazer a cultura. Nos referimos às políticas culturais, públicas e privadas, que permitam e fomentem a continuidade, a proteção do legado, às ações de cuidado e restauração de imóveis, das praças, monumentos, da arquitetura, da gastronomia, do linguajar, do vestir, das danças e músicas, dos contos, do humor da nossa gente, das brincadeiras.

E para que essa proteção aconteça de fato, as autoridades e a sociedade têm de ser conscientizada e se organizar para valorizar essa rica e diversa cultura, expressas a partir das atividades desenvolvidas pelos artesãos, os poetas e repentistas, as manifestações culturais e religiosas, a comida e a bebida, os casarões, praças e monumentos. Mas, para isto, precisamos capacitar as comunidades, as pessoas que desenvolvem essas artes e reproduzem a cultura em suas várias dimensões. Qualificar e treinar as pessoas que trabalha no turismo e em pequenos empreendimentos criativos, que oferecem serviços e bens a partir da cultura local. Neste sentido, a cidade de Fortaleza, por exemplo, deveria desenvolver melhor o Plano Fortaleza 2040, com responsabilidade, eficiência e intencionalidade, garantido uma urbanização inteligente, sustentável, inclusiva e eficiente (KON, 2016; LANDRY, 2011).

Não podemos desconsiderar que uma sociedade onde os residentes vivem e convivem a partir da proteção do patrimônio cultural, além de maior conhecimento e autonomia, tende a ser valorizada, ou seja, seus habitantes têm empregos e renda condizentes com a riqueza que a sua cultura gera (Sen, 2018; FLORIDA, 2011; FORTALEZA, 2017).

Assim, nossos estudos e pesquisas têm indicado a urgência em se planejar e gerir as cidades consideradas criativas, ainda mais as de potencial e clara inclinação ao turismo, como as laureadas pela UNESCO de cidades criativas, com a participação da sociedade e em bases sustentáveis. Isto porque, para que o turista sinta e viva toda a atmosfera e os aspectos de uma boa cidade, estas primeiramente devem ser boa para os residentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das questões essenciais a serem tratadas quando nos referimos às oportunidades e desafios da proteção cultural na promoção do turismo sustentável, tendo como referência a utilização do conceito de economia criativa como uma política de desenvolvimento territorial, diz respeito ao fato de que as cidades criativas deveriam ter o compromisso de honrar os seus prêmios e predicados de cidade criativa, sendo reconhecidas como cidade acolhedora, bonita, limpa e segura em toda a sua extensão, e não apenas nas “ilhas da fantasia”, nos “corredores turísticos” criados para os turistas. Essa magia e as maravilhas de uma cidade turística, como é Fortaleza, deve transbordar contentamento dos mais diversos setores e nos vários bairros espalhados pela capital alencarina, e não apenas na orla e adjacências.

Assim, sustenta-se que a economia criativa deve estar intimamente atrelada a promoção do desenvolvimento local sustentável, contribuindo com um dos setores mais dinâmicos dos últimos tempos do setor de serviços, que é o turismo. E, além disto, deve contribuir para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, atuando como vetores de desenvolvimento econômico, social e cultural a partir da dos seguintes objetivos: ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ODS 4: Educação de Qualidade, ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura, ODS 10: Redução das Desigualdades, ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis, ODS 5: Igualdade de Gênero e ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação (UNESCO, 2023; Costa e Vasconcelos, 2025).

O estudo desenvolvido aponta para que, mesmo nas atividades que foram realizadas no âmbito da economia criativa em Fortaleza, percebe-se muitos desafios a serem enfrentados, como o fato de muitas associações de catadores de recicláveis não passarem por processos de treinamento, ou receberam recursos ou linhas de financiamento para melhor estruturarem suas usinas e oferecer melhores condições de trabalho (plano de saúde, materiais de segurança no trabalho, máquinas

seletoras, compra e construção/reforma de galpões). Por outro lado, destaca-se que foram construídas duas escolas de gastronomia em fortaleza: a Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco (da Secult/Centro Dragão do Mar) e a Escola de Gastronomia e Hotelaria do Ceará (Senac/Governo do Estado).

É importante frisar que apesar da Secretaria de Economia Criativa (SEC) no Brasil ter sido criada originalmente em 2011/2012, no governo da presidenta Dilma Rousseff, vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) para institucionalizar políticas voltadas ao desenvolvimento local, apoio a microempreendedores criativos e valorização da cultura como eixo estratégico, este equipamento foi descontinuado pelo governo federal do período de 2028-2022. Após um longo período de descontinuidade, a Secretaria foi recriada em 2025, no 3º governo do presidente Lula, retomando o foco no fortalecimento do setor.

Assim, percebe-se que um dos grandes desafios para o fortalecimento e proteção do patrimônio cultural do Brasil, e consequentemente, para a economia criativa no Ceará e em Fortaleza, é a falta de investimentos públicos e privados de forma contínua, assim como a valorização, a difusão e conhecimento da cultura brasileira, tanto do patrimônio material quanto imaterial (como as expressões artísticas populares, folclore e histórica/religiosa, como os edifícios, monumentos, espaços públicos (praças, coretos, estações de trem ou ônibus, parques etc), os costumes, danças, linguajares, movimentos culturais diversos não religiosos dentre outros. Neste sentido, o artesanato e os trabalhos manuais como renda, escultura, pintura, bijuterias, acessórios, são nichos do turismo, mas também devem ser considerados como fonte de renda de residentes, pequenos produtores locais. Além disso, o upcycling na moda (relacionados aos brechós ou não, e também a reciclagem) contribuem para os ODS´s.

Portanto, ao se proteger o patrimônio cultural e artístico, a economia criativa se torna um forte atrativo turístico, incentivando visitantes e residentes à conhecerem e valorizarem a Arquitetura, Design, Gastronomia (como por exemplo, Cidades Criativas, Casa Cor 2026 – Reciclagem e Economia Criativa, Destino Turístico Inteligente).

PALAVRAS-CHAVE

Economia Criativa, Desenvolvimento Territorial, Proteção Cultural, Cidade Criativa, Turismo Sustentável.

REFERÊNCIAS

GOUVEA, R., KAPELIANIS, D., MONTOYA, M. J., & VORA, G. The creative economy, innovation, and entrepreneurship: an empirical examination. *Creative Industries Journal*, *14*(1), 23-62. 2020. https://doi.org/10.1080/17510694.2020.1744215
» https://doi.org/10.1080/17510694.2020.1744215

SANTOS, F. P., & DAVEL, E. Gestão de organizações culturais: perspectivas, singularidades e paradoxo como horizonte teórico. *Cadernos EBAPE.BR*, *20*(1), 35-49. 2022. https://doi.org/10.1590/ 1679-395120200197
» https://doi.org/10.1590/ 1679-395120200197

FORTALEZA. Plano Fortaleza 2040: dinamização econômica e inclusão produtiva. Fortaleza: Iplanfor, 2017. v. 7.

PRATT, A. C. (2022). Toward circular governance in the culture and creative economy: learning the lessons from the circular economy and environment. *City, Culture and Society*, *29*, 100450. https://doi.org/10.1016/j.ccs.2022.100450
» https://doi.org/10.1016/j.ccs.2022.100450

FIRJAN. Mapeamento da indústria criativa no Brasil: analise especial Ceará (jun de 2025). Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://storsiteobservatorio.blob.core.windows.net/midiasiteobservatorio-prod/2025-06/V4_Analise_CE.pdf >. Acesso em: março/2025.

LEITÃO, Cláudia; MACHADO, Ana Flávia. (Orgs.). Por um Brasil criativo: significados, desafios e perspectivas da economia criativa brasileira. Belo Horizonte: Código Editora, 2016. p. 309–380.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Editora Companhia das letras, 2018.

FLORIDA, R. A ascensão da classe criativa e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano. São Paulo: LP&M, 2011.